

JOÃO GABRIEL DE LIMA

E-MAIL: JOAO.GABRIEL.SANTANA@GMAIL.COM
TWITTER: @JOAOGABRIELDELI

Nossa voz no mundo e as bravatas no carro de som

No dia em que o presidente Jair Bolsonaro subiu num carro de som para afrontar um ministro do Supremo Tribunal Federal (e depois se arrependeu), as manchetes nos canais internacionais de notícias foram um terremoto na Cidade do México, o incêndio num presídio na Indonésia e as eleições no Marrocos. Como já escrevi neste espaço, emissoras como BBC, Deutsche Welle, CNN, CGTN e Al-Jazira têm reduzido o Brasil às letras miúdas do gerador de caracte-

res – onde desfilam os assuntos irrelevantes ou curiosos.

Existem dois Brasis, o das letreirinhas e o das manchetes. O interesse internacional sobre nosso país se concentra em dois temas: economia e meio ambiente. Somos manchete positiva quando cuidamos de nossas contas públicas – o que traz recursos para investir na área social – e quando preservamos nossas florestas. Hoje só ocupamos o espaço nobre com notícias ruins: desmatamento na Amazônia e insegurança insitucional que espanta investidores.

O Brasil que ocupou o espaço nobre nos noticiários da semana passada nada tinha a ver com brados golpistas na Avenida Paulista. As imagens em que populações tradicionais se manifestavam na Esplanada dos Ministérios, defendendo seu direito à terra, se espalharam pelas emissoras e sites internacionais.

O movimento indígena brasileiro tem repercussão no mundo inteiro. Ele se beneficia há muito tempo da conexão com redes religiosas. Organizações brasileiras como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi, católico) e o Conselho de Missão Entre Povos Indígenas (Comin, evangélico) mantêm intercâmbio com movimentos similares da Holanda, Alemanha e Noruega, entre outros países.

O apoio também vem das redes ambientalistas. “Demarcar terras e valorizar seus habitantes originais é uma das melhores maneiras de preservar ecossistemas”, diz Adriana Ramos, uma das coordenadoras do Instituto Socioambiental, entrevistada no minipodcast

da semana. O combate às mudanças climáticas exige a cooperação de todos os países. Nessa área, o Brasil tem uma oportunidade única de se tornar uma voz relevante no mundo globalizado.

Temos a maior floresta equatorial do planeta, grande parte de nossa matriz energética é renovável e nossa agricultura é inovadora. Ela se expande com ganhos de produtividade, sem precisar aumentar a área plantada. Discus-

pois delas depende a sobrevivência do planeta. O conhecimento hoje se dá em rede. O intercâmbio global entre universidades, centros de estudo e organizações cívicas é um fenômeno típico do mundo moderno, que os especialistas chamam de “transnacional advocacy networks” (voltarei ao assunto nas próximas colunas).

O Brasil das letreirinhas e o Brasil das manchetes são, respectivamente, o Brasil das bravatas e o Brasil dos resultados. Enquanto o governo não fizer algo de concreto pela economia e no combate ao desmatamento – área em que todos olham para nós – seguiremos sendo uma piada sem graça varrida para o rodapé dos noticiários. Nossa voz no mundo nada terá de relevante: será apenas um grito sem sentido do alto de um carro de som.

* ESCRITOR, PROFESSOR DA FAAP E DOUTORANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

SEC. Carlos Pereira (quizenalmente) | TER. Eliane Cantanhêde | QUA. Rosângela Bittar | QUI. William Waack | SEX. Eliane Cantanhêde | SÁB. João Gabriel de Lima | DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

ENTREVISTA

Antonio Lavareda, sociólogo e cientista político

‘Recuo não fará Poderes esquecerem o que passou’

‘Partidos e Judiciário vão aguardar para ver o quanto dura o Bolsonaro amante da Constituição’, afirma cientista político

Tullio Kruse

O ápice da narrativa antidemocrática do presidente Jair Bolsonaro durante as manifestações do 7 de Setembro produziu um efeito imediato que, na avaliação do sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, pode levar à unidade de seus adversários contra o governo. Segundo ele, políticos e partidos, da esquerda à centrodireita, podem deixar de lado rivalidades para se concentrar na discussão do impeachment. Para Lavareda, mesmo com o recuo de Bolsonaro – anteontem o presidente divulgou um comunicado em tom conciliador e elogiou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes –, essa mobilização deve permanecer. “Levantada a bandeira branca, os espíritos relaxam em certa medida. Mas não se imagine que os Poderes e os políticos vão simplesmente esquecer o que passou”, disse.

A seguir, os principais trechos da entrevista ao Estadão.

● Como o sr. interpreta a nota do presidente na qual ele atribui

suas declarações antidemocráticas ao “calor do momento”?

Provavelmente, ele fez um balanço do 7 de Setembro e avaliou que deu tudo, ou quase tudo, diferente do pretendido. Deu errado. No dia seguinte, acordou com uma base política menor, com a hipótese do impeachment ganhando tamanho, com o Judiciário reagindo num tom excepcionalmente elevado e com agentes do mercado demonstrando na Bolsa e no dólar que havia sido desastroso para a economia. Resultado: vários passos atrás, com a ajuda decisiva do ex-presidente Michel Temer, cujo perfil avulta nas crises.

● Ainda é possível recuar?

Recuos de atitudes como aquela, de agressão aos limites constitucionais, são sempre saudados. Recebidos com alívio. A República estava com a respiração em suspenso, mergulhada na incerteza. Foram 48 horas de muita tensão e ansiedade.

● Efeito

“A radicalização não despertou o medo que supostamente intimidaria os outros atores político-institucionais. Temos agora um processo em que eles já estão elaborando estratégias para bloquear qualquer ‘passo adiante’ do presidente.”

Mobilizou-se um notável conjunto de forças dispostas à resistência diante do que pareceu ao País uma clara ofensiva autocrática. Levantada a bandeira branca, os espíritos relaxam em certa medida. Mas não se imagine que os Poderes e os políticos vão simplesmente esquecer o que passou. Quanto ao presidente, lhe compete agora retomar a agenda do governo e pô-la em sintonia com os problemas e as crises reais que assolam o País. Partidos e Judiciário vão dar tempo ao tempo. Aguardar para ver o quanto dura o “Bolsonaro amante da Constituição”.

● O que os últimos dias apontam para as consequências da mobilização do 7 de Setembro?

Independente do recuo, o ato inaugurou uma nova conjuntura. Isso envolve um reposicionamento dos atores, um certo rearmamento das cartas do jogo político. Nessa nova fase, pelo menos no seu início, o presidente começa politicamente enfraquecido. A radicalização não despertou o medo que supostamente intimidaria os outros atores político-institucionais. Pelo contrário. Temos agora um processo em que os Poderes e os atores político-partidários já estão elaborando estratégias para bloquear qualquer “passo adiante” do presidente. É preciso levar em conta que, quan-



BEATRIZ PAÇO/ECO - 9/6/2019

cenário. Para Lavareda, atos do 7 de Setembro podem unificar oposição contra Bolsonaro

do o presidente diz que cumprirá decisões judiciais, ele está contribuindo de forma extremamente grave para a insegurança jurídica na sociedade. Tudo o que os agentes econômicos mais prezam é segurança jurídica. Se o presidente diz que pode não cumprir as leis, o que vai impedir um cidadão comum de seguir esse exemplo? Estaremos no terreno do salve-se quem puder.

● Há impactos dessa última semana para a disputa eleitoral? Em certa medida, o pronunciamento do presidente no 7 de Setembro interrompeu a campanha eleitoral dos outros candidatos. De repente, eles perceberam que não se trata de discutir posicionamento em relação a 2022, trata-se de tentar

conter o ânimo do presidente. Ele ajuda a produzir unidade de atores que, até a véspera, estavam divididos naturalmente, discutindo e disputando apoio eleitoral, a viabilidade de uma terceira via, etc. Ele produziu uma aglutinação de forças políticas, contribuindo para unificar as oposições. O presidente fez soar a “corneta” da necessidade de unir as forças de oposição ou pelo menos diminuir o grau de conflito entre elas para poderem, unidas, resistirem a esse avanço do presidente.

● Apesar de organizada por bolsonaristas, a paralisação de caminhoneiros não teria efeitos negativos no próprio governo?

Aparentemente, esse estímulo à paralisação não foi iniciativa do governo, mas do próprio

presidente e do seu círculo mais próximo. Ao governo, não interessa um movimento que prospere em causar pânico na população, com filas nos postos de gasolina, nem o óbvio impacto de tudo isso na inflação. Tudo isso tumultua a atividade econômica, deprime o interesse dos investidores. Ou seja, prejudica a possibilidade de uma retomada econômica mais rápida. Isso pode interessar ao governo? Óbvio que não. Nesse momento, o projeto do presidente, do seu círculo próximo e de sua família descola dos objetivos do seu próprio governo. Agrava-se a crise político-institucional, que, por sua vez, evolui pelas mãos da crise econômica. Nessa ciranda, o País vai regredindo a olhos vistos.

VILA NOVA CONCEIÇÃO ENTREGA EM FEVEREIRO/2022

BELLIS
VILA NOVA CONCEIÇÃO

NO CORAÇÃO DA VILA NOVA CONCEIÇÃO, EM UMA RUA CHARMOSA E EXCLUSIVA, NASCE UM AUTÊNTICO BOULEVARD PARA VIVER.

STF: prazo para pedido de impeachment vai a plenário

Em julgamento virtual, a relatora, Cármen Lúcia, votou contra estipular tempo limite para análise do presidente da Câmara

bre crimes de responsabilidade do presidente da República, evocando o princípio de separação dos Poderes.

O gabinete de Lewandowski indicou que o ministro optou por enviar o caso ao plenário

vo da Constituição que prevê “razoável duração do processo”, para sustentar a necessidade de fixação de “um prazo razoável para análise dos pedidos de impeachment do Presidente da República”.

No entanto, em seu voto, a ministra Cármen Lúcia ressaltou que as normas de processo e julgamento para apuração de crimes de responsabilidade do presidente da República estão regu-



Perspectiva ilustrada da suíte

VALOR DO 5º ANDAR:
R\$ 3.500.000,00
COM PARCELAS FIXAS, SEM CORREÇÃO.

162 M² | 2 SUÍTES | 1 POR ANDAR
VISITE APARTAMENTO DECORADO

RUA DINA, 76 | 11 3888-3000
BELLISVILANOVA.COM.BR

Planejamento e vendas: **COELHO DA FONSECA**
Realização: **MUNIR ABBUD**

A incorporação encontra-se registrada sob R.02 na Matrícula nº 198.957 do 4º Registro de Imóveis de São Paulo-SP. As imagens são meramente ilustrativas, sujeitas a alterações. Planejamento e Vendas: Coelho da Fonseca. Creci: 3-961.

Pepita Ortega

O julgamento sobre fixação de prazo para que o presidente da Câmara dos Deputados analise pedidos de impeachment do chefe do Executivo foi suspenso ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após pedido de destaque do ministro Ricardo Lewandowski. A solicitação – que leva o caso para discussão em sessão plenária – se deu logo após a relatora, ministra Carmen Lúcia, votar contra a imposição de prazo, pelo Judiciário, para análise das denúncias so-

nisico da Corte por considerar que a importância do tema demanda uma análise mais aprofundada em sessão presencial e não em julgamento virtual. O plenário virtual do STF, onde o caso em questão estava sendo analisado, é uma ferramenta que permite que os ministros depositem seus votos a distância, sem discussões e longe dos holofotes da TV Justiça. Caberá ao presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, marcar a data para que a ação seja analisada.

O processo em questão invocava princípios da celeridade e da eficiência, além de dispositi-

amentadas pela Lei n. 1.079/50, apontando para a ausência de prazo para que os pedidos apresentados sejam apreciados, bem como no regimento interno da Câmara dos Deputados. Segundo a magistrada, não há “inércia legislativa nem carência normativa” na regulamentação do impeachment.

Nessa linha, a magistrada argumentou que a imposição de prazo, pelo Judiciário, para a análise das denúncias sobre crimes de responsabilidade do chefe do Executivo “macularia” o princípio de separação dos Poderes.